



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0309970-9

EMBARGANTES: ESDRAS ARMANDO BATISTA e MÁRCIO FERREIRA DA SILVA

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CRIMINAL. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. ART. 619, CPP. TENTATIVA DE REDISCURSSÃO DE MATÉRIA PARA REDUÇÃO DE PENA. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS. FIXAÇÃO DE CAUSA DE AUMENTO SUPERIOR AO PREVISTO EM LEI. READEQUAÇÃO PARA OS LIMITES DO ART. 70, DO CP. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos **EMBARGOS DECLARATÓRIOS DE Nº 0309970-9** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta data, **por unanimidade, em REJEITÁ-LOS, retificando apenas a causa de aumento aplicada**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 10 de JUNHO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



246

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0309970-9****EMBARGANTES:** ESDRAS ARMANDO BATISTA e MÁRCIO FERREIRA DA SILVA**EMBARGADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADORA:** ELEONORA DE SOUZA LUNA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**RELATÓRIO**

Cuida-se de embargos declaratórios, com efeitos infringentes, interpostos por ESDRAS ARMANDO BATISTA e MÁRCIO FERREIRA DA SILVA em face do acórdão lavrado pela 2ª Câmara Criminal, quando do julgamento da Apelação Criminal n. 0309970-9 (NPU 0035321-65.2011.8.17.0001), pretendendo sanar supostos vícios existentes no aresto impugnado.

Sustentam os Embargantes que o julgado vergastado incorreu no vício da contradição, pois que não apreciou a ausência de fundamentação do Juízo de piso que elevou em 2/5 (dois quintos) a pena base dos embargantes.

De igual modo, a sentença exasperou, em razão do concurso formal, a pena em 2/3, fração esta acima da previsão legal.

Por tal razão pede sejam emprestados efeitos infringentes para anular o acórdão quanto a dosimetria da pena, exasperando-se a pena até a metade.

Às fls. 238/242, ofertou a Procuradoria contrarrazões pugnando pelo não conhecimento dos embargos, mas, de ofício, que fosse reduzida a causa de aumento de 2/3 para metade.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



247

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0309970-9****EMBARGANTES:** ESDRAS ARMANDO BATISTA e MÁRCIO FERREIRA DA SILVA**EMBARGADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**PROCURADORA:** ELEONORA DE SOUZA LUNA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**VOTO**

Consoante relatado, os Embargantes alegam que o julgado vergastado incorreu no vício da contradição entre a fundamentação e o teor da decisão, no que toca a dosimetria da pena, desejando-se readequação da pena aplicada.

O aresto embargado restou assim ementado:

EMENTA: PENAL - PROCESSUAL PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ARTIGO 157, §2º, I E II DO CÓDIGO PENAL) - DELITO SATISFATORIAMENTE PROVADO - CONFISSÃO DOS ACUSADOS - PALAVRA DAS VÍTIMAS - RELEVÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO - DOSIMETRIA DA PENA - APLICAÇÃO CORRETA COM RELAÇÃO AO RÉU ESDRAS ARMANDO BATISTA - REDUÇÃO DA PENA-BASE FIXADA EM DESFAVOR DO RÉU MÁRCIO FERREIRA DA SILVA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os Embargantes apenas questionam os fundamentos invocados pela Corte ao proferir o aresto atacado, com o intento claro de reformar o pronunciamento jurisdicional impugnado e adequá-lo às teses que melhor albergam a pretensão deduzida de redução de pena presente nos embargos.

Contudo, a adoção pelo Colegiado de entendimento diverso do sustentado pelos Embargantes, por si só não induz à contradição do julgado, tampouco autoriza a oposição dos aclaratórios, meio processual



248

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

impróprio para a rediscussão de temas debatidos e repelidos por ocasião do julgamento.

O inconformismo dos Embargantes com o teor do julgado, ainda que escorado em judiciosos precedentes de outros tribunais, não enseja novo julgamento da causa pelo mesmo órgão fracionário, devendo a matéria ser submetida às instâncias superiores por meio dos recursos pertinentes.

Os embargos declaratórios têm por finalidade precípua expungir o julgado de eventuais vícios que maculem o provimento judicial, entretanto, a eiva há que residir entre os fundamentos do aresto e sua parte dispositiva.

In casu, esta Corte, fundamentadamente, optou por se alinhar à corrente doutrinária e jurisprudencial que entendeu pela dosimetria ora aplicada, atendendo ao pedido, ainda que parcial, da apelação.

Acertados ou não, os fundamentos da decisão proferida não se apresentam acoimados de contradição, omissão ou obscuridade, a viabilizar a oposição, tampouco o acolhimento dos presentes embargos declaratórios.

Com muita propriedade se manifestou a Procuradora de Justiça ao assentir ser nítida a intenção do Embargante de revisitar matéria que já foi devidamente apreciada e repelida, o que é incabível na via eleita.

Posto isso, acompanhando o entendimento da Procuradoria de Justiça, **conheço dos presentes embargos e os rejeito.**

Contudo, ainda compulsando-se aos autos, observa-se que tanto o Juízo primeiro, quanto esta Corte, aplicaram a fração de 2/3 (dois terços) em razão do concurso formal de crimes (art. 70, CP).

Tal acréscimo, porém, está acima do teto estabelecido pela lei a título de causa de aumento.



249

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

O dispositivo, neste sentido, encontra-se assim redigido:

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto **até metade**. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.

Desta forma, o patamar de 2/3 (dois terços) está acima do previsto em lei, razão pela qual, **entendo pela redução para o patamar de 1/2 (metade), tudo consoante parecer da Procuradoria.**

É como voto.

Recife, 10 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



253

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração na ACr n.: 0035321-65.2011.8.17.0000(309.970-9)

| | |
|--------------------------------|---|
| Comarca: | Recife |
| Juízo: | 2ª Vara Criminal |
| Embargante: | Márcio Ferreira da Silva e outro |
| Advogado: | Gabriel Gonçalves Leite (Defensor Público) |
| Embargado: | 1ª Câmara Criminal do TJPE |
| Procuradora de Justiça: | Eleonora de Souza Luna |
| Relator: | Des. Odilon de Oliveira Neto |
| Órgão Julgador: | Primeira Câmara Criminal |

VOTO-VISTA

Depois de lançado o judicioso voto do em. Relator, Des. Odilon de Oliveira Neto, pelo conhecimento e rejeição dos aclaratórios, e, ex-officio, pela correção da fração de aumento relativa ao concurso formal de 2/3 para adequá-la ao limite máximo de 1/2, previsto no art. 70 do Código Penal, pedi vista dos autos para melhor analisar a controvérsia jurídica em debate.

Pois bem. Este Colegiado, à unanimidade, julgou acertada a dosimetria das penas impostas aos Embargantes, no que tange às majorações decorrentes do reconhecimento do emprego de arma de fogo e do concurso de pessoas, bem assim da fração de aumento atinente ao concurso formal.

Irresignados com o julgamento proferido, os Embargantes vêm, pela via dos aclaratórios, pleitear a reforma do *decisum*, sob o argumento de que estaria inquinado pelo vício da contradição por não haver reduzido, como pleiteado pela Defesa, o aumento de 2/5 aplicado pela julgadora primeva em face da incidência das duas majorantes comprovadas nos autos.

Todavia, consoante se extrai das razões recursais, a aventada contradição não residiria entre o conteúdo do julgado embargado e sua parte dispositiva, mas, sim entre a decisão proferida e precedentes do STJ.

Contudo, a adoção pelo Colegiado de entendimento diverso do sustentado pelos Embargantes, por si só não induz à contradição do aresto, tampouco autoriza a oposição dos aclaratórios, meio processual impróprio para a rediscussão de temas debatidos e repelidos por ocasião do julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

O inconformismo dos Embargantes com o teor do julgado, ainda que escorado em judiciosos precedentes da Corte Cidadã, não enseja novo julgamento da causa pelo mesmo órgão fracionário, devendo a matéria ser submetida às instâncias superiores por meio dos recursos pertinentes.

Os embargos declaratórios têm por finalidade precípua expungir do julgado eventuais vícios que maculem o provimento judicial, entretanto, a eiva há que residir entre os fundamentos do aresto e sua parte dispositiva.

In casu, esta Corte, fundamentadamente, entendeu escoreita a majoração das penas procedidas pela julgadora *a quo*. Portanto, acertados ou não, os fundamentos da decisão proferida não se apresentam acoimados de contradição, omissão ou obscuridade, a viabilizar a oposição, tampouco o acolhimento dos presentes embargos declaratórios, nesse particular.

Entretanto, se revela inconteste o equívoco em que incorreu a Turma ao referendar a exacerbação das penas em 2/3, pelo concurso formal, quando o legislador pátrio estabeleceu majoração máxima de 1/2, a tal título.

Contudo, o citado equívoco não se cuida de mero erro material que possa ser corrigido de ofício pelo Colegiado, configurando, na verdade, hipótese de erro de julgamento, que não empolga o manejo de embargos.

Nesse sentido colaciono precedentes das Cortes Superiores:

Embargos declaratórios. Inexistência de alegação de omissão, dúvida, contradição ou obscuridade. Não servem à correção do pretendido "erro de julgamento". Embargos declaratórios rejeitados. (STF. RE 113113 ED. Rel. Min. Oscar Corrêa. 1ª Turma. DJ 24.06.1988)

REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. ERRO DE JULGAMENTO. A teor da iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o erro material pode ser corrigido a qualquer tempo, inclusive de ofício, nos termos do art. 463, I, do Código de Processo Civil, sem que isso implique em violação à coisa julgada. Espécie, todavia, em que o julgador partiu de premissa equivocada, caracterizando-se erro de julgamento, que deveria ter sido impugnado oportunamente. Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ. REsp 1372254/CE. Rel. Min. Ari Pargendler. Julgamento 28.05.2013. 1ª Turma. Publicação: DJe 04/06/2013)

Destarte, veiculando os embargos opostos matérias que fogem ao restrito âmbito autorizador de seu manejo, impõe-se o não conhecimento.



254

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Posto isso, voto pelo não conhecimento dos embargos opostos e, evidenciada a ocorrência de erro de julgamento quanto à fixação da fração de aumento decorrente do concurso formal (CP, art. 70), voto pela concessão de habeas corpus, ex-officio, para reduzir o percentual de aumento para o limite legal de 1/2 (metade), mantidos os demais termos do aresto atacado.

É como voto.

Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos